

O Brasil sem trabalho infantil!

Quando?

Projeção de estimativas de erradicação do trabalho infantil,
com base em dados de 1992 - 2003

Resumo executivo¹

FICHA TÉCNICA

Coordenação Técnica

Dra. Marisa Masumi Beppu

Coordenação do Projeto - Auctus

Dr. Marcos Augusto Francisco Borges

Equipe do projeto

Cristiano Aparecido Souza Silva

Pablo Marcelo Gonçalves

Roberta Queiroz Maesi

¹ Este resumo executivo é baseado em trabalho homônimo e não contempla várias discussões importantes a respeito dos dados apresentados. Para maior detalhamento das informações, favor consultar o trabalho completo.



Contextualização do estudo

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) tem como objetivo a promoção da justiça social, contribuindo para a paz universal e permanente. Desde sua fundação, em 1919, a OIT tem lançado convenções e recomendações internacionais do trabalho, para adoção por parte de seus Estados-membros. Temas como a liberdade de associação, emprego, condições de trabalho, relações de trabalho, entre outros, são objetos dessas convenções e recomendações.

A OIT é singular entre as Agências do Sistema Nações Unidas. A OIT consiste estruturalmente em uma organização tripartite, onde igualmente pesam as vozes dos representantes de empregadores, de trabalhadores e de governos. A cada ano, historicamente, a OIT emite relatórios globais de acompanhamento sobre um dos grandes temas de grande relevância no mundo do trabalho. Os relatórios alternam-se entre os temas de liberdade de associação, não-discriminação no mundo do trabalho, trabalho infantil e trabalho escravo. No ano de 2006, o tema do relatório global é o Trabalho Infantil, sendo que cada país deve procurar relatar sua situação. Nesse contexto, há uma necessidade de se levantar indicadores claros sobre o andamento do tema trabalho infantil no Brasil.

Um dos mais significativos programas lançados pela OIT é o IPEC (*International Programme on the Elimination of Child Labour*). O IPEC tem feito avanços consideráveis no esforço de dar apoio aos seus Estados-membros na coleta e disseminação de informações sobre o Trabalho Infantil. Um exemplo disso é o lançamento, em 1998, do Programa de monitoramento e informação estatística sobre trabalho infantil (*Statistical Information and Monitoring Programme on Child Labour - SIMPOC*), que apóia os países-membros na coleta de informações sobre o trabalho infantil, a partir de pesquisas próprias e uma série de metodologias e esforços para a coleta de dados sobre o tema. Nesse aspecto deve-se ressaltar a posição destacada do Brasil no contexto internacional, pois o governo brasileiro sempre demonstrou interesse em se investir esforços para a aquisição de tais dados, através de trabalhos de agências próprias como o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

As metas do milênio se originam da Declaração do Milênio, do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). A Declaração do Milênio foi assinada por todos os 191 Estados-Membros das Nações Unidas, entre eles o Brasil. Esses países assumiram o compromisso de, até 2015:

- 1 - Erradicar a extrema pobreza e a fome
- 2 - Atingir o ensino básico universal
- 3 - Promover a igualdade de gênero e a autonomia das mulheres
- 4 - Reduzir a mortalidade infantil
- 5 - Melhorar a saúde materna
- 6 - Combater o HIV/Aids, a malária e outras doenças
- 7 - Garantir a sustentabilidade ambiental
- 8 - Estabelecer uma Parceria Mundial para o Desenvolvimento.

Para atingir a meta de acesso ao ensino básico universal uma das ações é prevenção e erradicação do trabalho infantil. Há a necessidade específica de se verificar como os números do Brasil se mostram, frente às Metas do Milênio.

Convergingo nessa direção, o Banco Mundial, divulgou recentemente um amplo estudo sobre Crescimento, pobreza e Desigualdade para a região da Europa e Ásia Central (Banco Mundial, 2005). Esse estudo trata da relação estreita entre as condições de trabalho e educação com a pobreza dos cidadãos e, conseqüentemente, com a riqueza e cre América Latina, onde o crescimento sempre foi um tema discutido. Nesse caso, o potencial crescimento do Brasil também deve mostrar relações potenciais com as condições de trabalho e educação, sobretudo das crianças e adolescentes brasileiros.

Este estudo foi consolidado nesse contexto, visando analisar a situação do país frente às Metas do Milênio. Fazem parte deste estudo identificar como estão os números brasileiros de trabalho infantil e qual a relação entre o trabalho infantil e questões econômicas e sociais.



Objetivos do trabalho

O objetivo do presente estudo é compilar alguns dados objetivos a respeito do trabalho infantil no Brasil, estabelecendo estatisticamente correlações com algumas das variáveis que classicamente se apresentam junto ao tema. Na mesma linha de análise estatística objetiva, são estudadas as correlações entre as variáveis que têm sido foco dos esforços governamentais, além de serem traçadas as tendências estatísticas.

Finalmente, numa linha um pouco mais direcionadora, são realizadas algumas análises de custo-benefício das ações cujo objetivo é erradicar o trabalho infantil.

Os resultados apresentados são divididos em três grandes grupos:

- a) Análise de Tendências;
- b) Análises específicas do ano de 2003;
- c) Análise do impacto do trabalho infantil.

Todos os dados apresentados neste trabalho são baseados em estimativas produzidas por tabulações. Essas tabulações foram realizadas pela equipe de trabalho a partir dos microdados de Pesquisas Nacionais por Amostras de Domicílios (PNAD's) realizadas anualmente pelo IBGE.

Esperamos que este estudo provoque discussões, indagações e que seja mais um instrumento prático para se fundamentar análises e possíveis ações para a resolução de um problema de natureza tão complexa e multivariada.



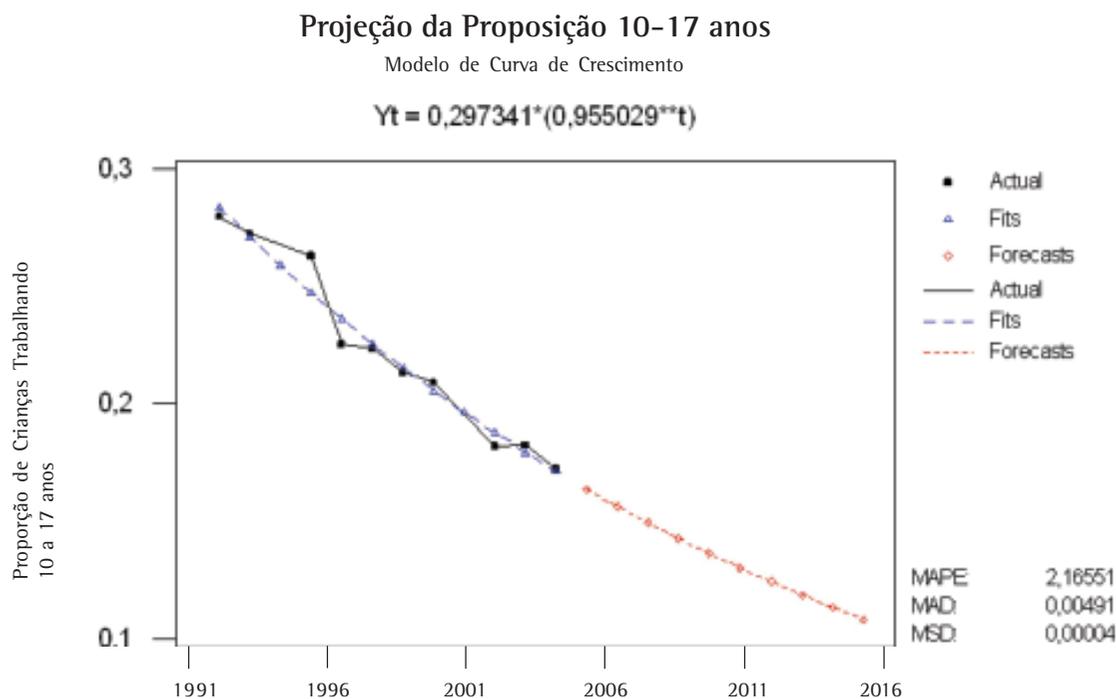
Análise de tendências

Tendência do número total de trabalhadores infantis

Segundo a análise exponencial (ou logarítmica) sobre o número de crianças trabalhadoras, em dez anos, ou seja, em 2015, chegar-se-á, seguindo-se a mesma tendência, a um número de cerca de 2,7 milhões de crianças trabalhadoras entre 10 a 17 anos (comparado com as 4,6 milhões em 2003). Ou seja, em doze anos, ainda haverá um volume considerável de ocorrências de trabalho infantil. As frentes de trabalho devem, então, ser intensificadas para se possibilitar uma erradicação na próxima década.

Este número considera a hipótese de que o esforço investido entre 1992 e 2003 seja mantido, de forma incremental. Esse incremento, entretanto, pode não ser linear, ou seja, o esforço utilizado no passado para se reduzir em 1 milhão o número de crianças que trabalhavam quando o país apresentava 7,33 milhões de crianças em 1992 pode ser muito menor do que o esforço necessário para se reduzir 1 milhão em uma situação prevista em 2015. Este fato ilustra a discussão de que a redução do número de crianças pode não ocorrer na tendência apresentada, podendo se configurar em um cenário real pior que o projetado, caso não se cresça o investimento no mesmo ritmo. Este mesmo tipo de análise foi realizado tanto para número total de crianças quanto para a porcentagem de crianças que trabalham em sua faixa etária.

Considerações de modelos lineares são mais otimistas e demonstram a possibilidade de erradicação do trabalho infantil de 5-9 anos até 2005, entretanto, sem confirmarem esta mesma tendência par a faixa etária de 10-17 anos, pelo menos, até os próximos 17 anos.

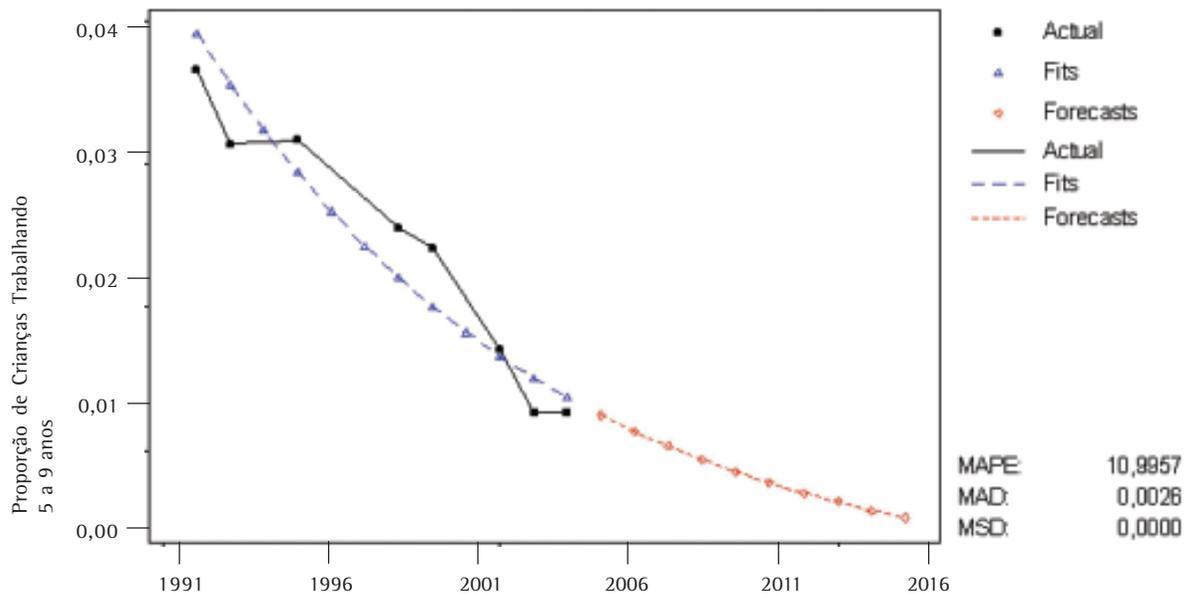


Análise de tendência com modelo exponencial, para a porcentagem de crianças de 10 a 17 anos que trabalharam na semana de referência

Projeção da Proporção 5-9 anos

Modelo de Curva de Crescimento

$$Y_t = 4,30E-02 \cdot (0,908588^{*t})$$

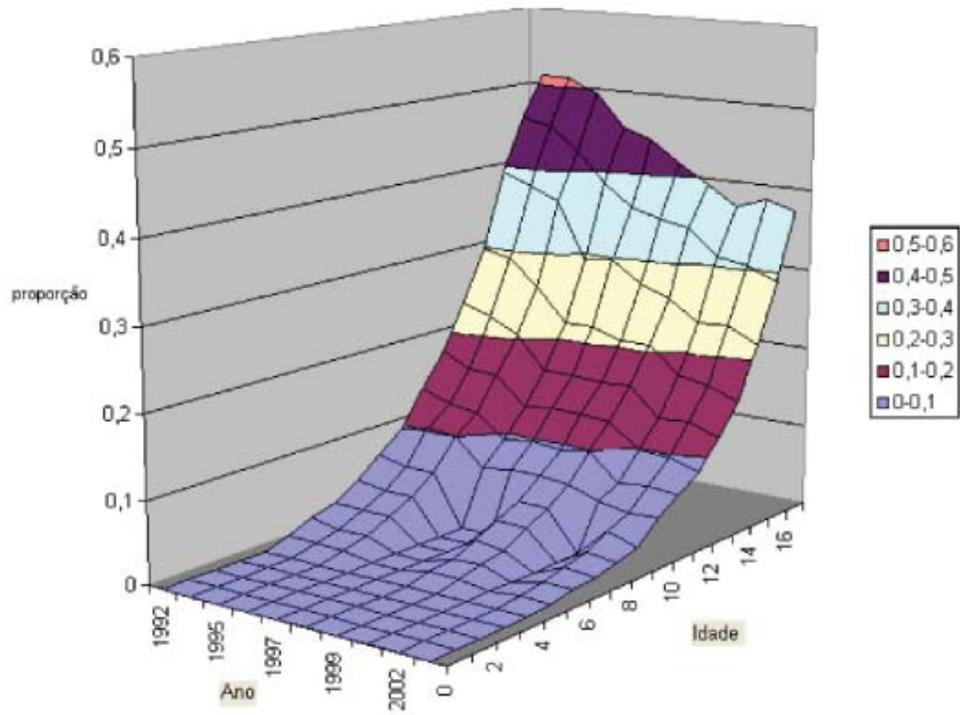


Análise de tendência com modelo exponencial, para a porcentagem de crianças de 5 a 9 anos que trabalharam na semana de referência

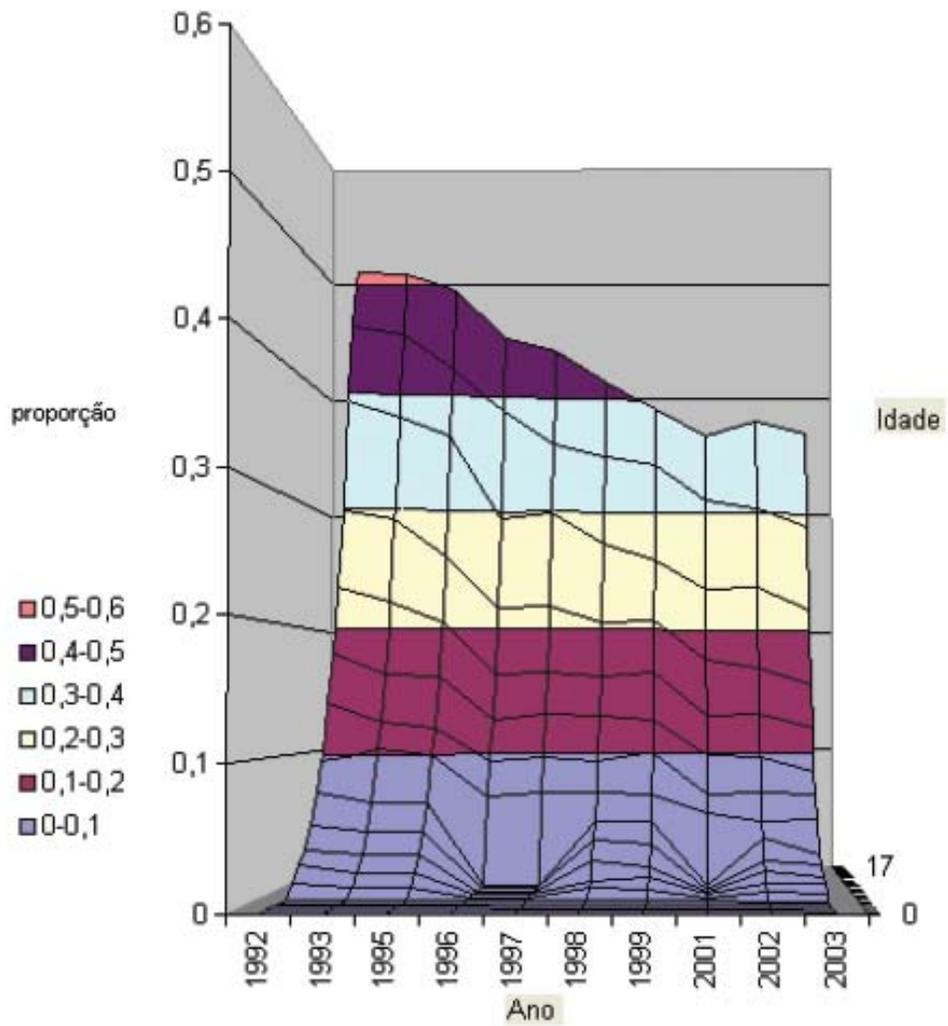
Estratificação por idade

Pode-se observar o número de trabalhadores segundo a idade e o ano de pesquisa da PNAD. O número de trabalhadores em todas as faixas de idade tem caído com o passar dos anos. Entretanto, em números absolutos, esta tendência de queda foi maior na faixa entre 14 e 17 anos. Chama a atenção o fato de que, em 2002, a faixa de 17 anos apresentou um aumento na proporção de trabalho, apesar da queda vertiginosa dos anos anteriores. Também merece atenção a estabilidade do número de trabalhadores de 10 a 13 anos, entre os anos de 1996 a 1999, quando esta faixa não mostrou decréscimo algum.

Quando analisada a proporção de crianças que trabalham confirma-se que o decréscimo da proporção de crianças é real. Entretanto, novamente, este decréscimo aconteceu ao longo dos anos, mais nas faixas de idade superiores (15 a 17 anos) e o platô de estagnação das idades menores continua, desta vez de 14 a 10 anos. Isto nos indica que, infelizmente, as grandes quedas do índice de trabalho infantil devem-se em maior parte, à queda de trabalho nas crianças de mais idade do que nas crianças de idade menor (de 10 a 14 anos). Nessas últimas faixas, o decréscimo da taxa é muito menor.



Análise de tendência, para a proporção (trabalham/total da idade) de trabalhadores na semana de referência, por idade (de 0 a 17 anos) e por ano (1992, 1993, 1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2001, 2002, 2003).



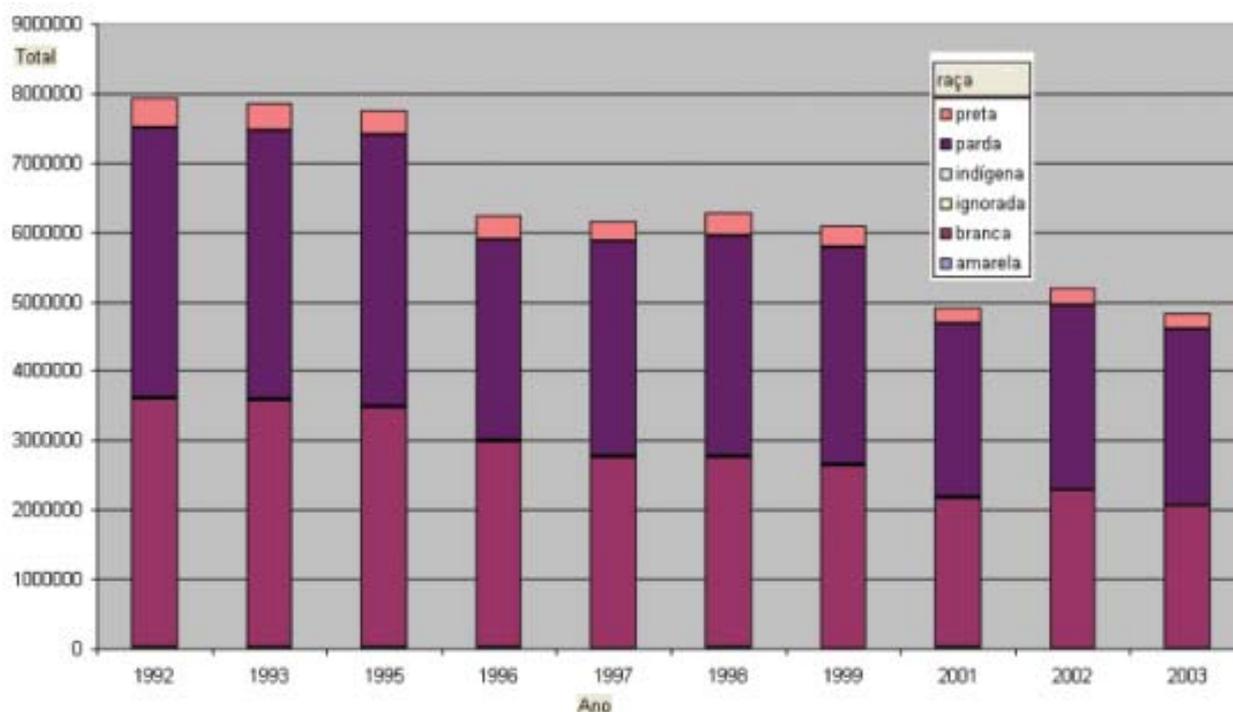
Vista lateral da figura acima

Estratificação por raça

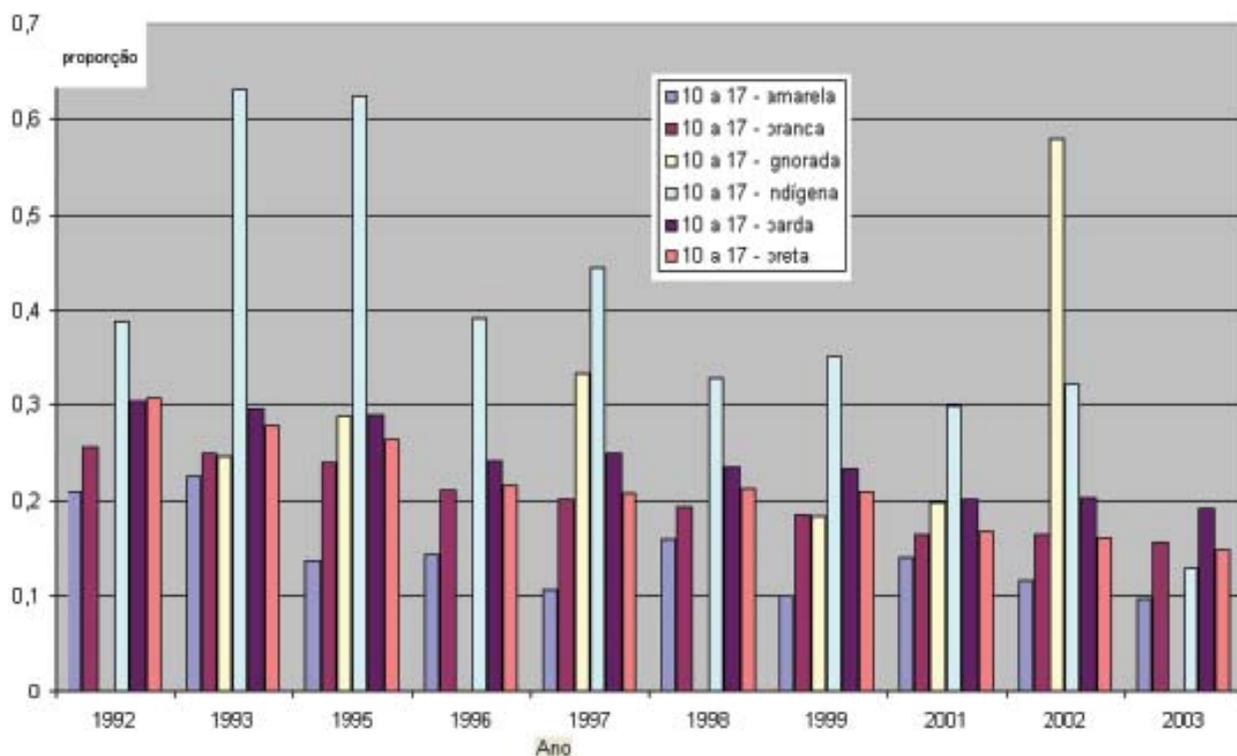
Em termos de números absolutos, as quantidades de crianças que se autodeclaram brancas ou pardas e que trabalham se mantêm equilibradas ao longo dos anos. Apesar deste número estar em queda, novamente o platô é observado entre os anos de 1996 e 1999. O número de crianças que trabalham e se autodeclaram negras reduziu em números absolutos, apesar de ser uma faixa pequena. As demais etnias não mostraram números significativos. Entre 10 a 17 anos, o número total de crianças que trabalham tem-se reduzido, nas três categorias de cor mais numerosas.

Com relação à tendência por raça para as crianças entre 5 e 9 anos, nota-se uma queda considerável também deste número, apesar de em escala menor que entre as crianças de 10 a 17 anos.

Em termos de proporção para as crianças de 10 a 17 anos, a etnia amarela é a que sempre demonstra números menores de trabalho infantil, sendo que a indígena historicamente sempre se mostrou a maior. Este fato deve atrelar-se às razões culturais e históricas destas duas etnias. Os demais grupos, os mais numerosos (branca, parda e negra), mostram sempre uma proporção maior para pardos, apesar desta proporção ainda ser próxima à branca ou à negra. A tendência de queda é evidenciada em todas as raças.



Quantidade de trabalhadores entre 5-17 anos, por raça



Proporção (trabalhadores por raça/total da raça) de trabalhadores entre 10-17 anos, por raça

Estratificação por sexo

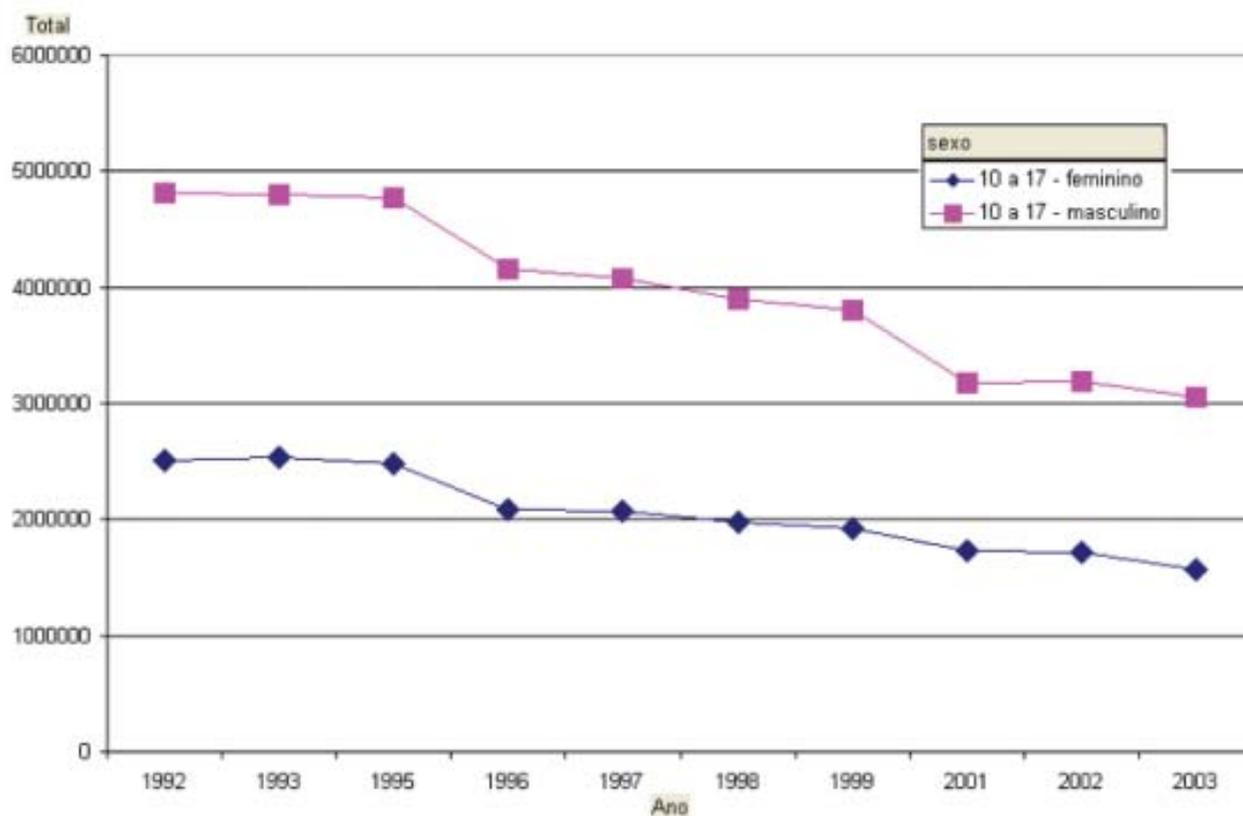
Historicamente, as crianças do sexo masculino trabalham sempre em maior número (quase o dobro), do que as crianças do sexo feminino. Este perfil se repete para as crianças entre 5 a 9 anos. As meninas, entretanto, normalmente dedicam-se ao trabalho doméstico, como os afazeres da casa, atividades estas que culturalmente não são encaradas como trabalho. Este fato pode “velar” os números observados, fruto de dados autodeclarados.

Quando estes números são observados sob a ótica das proporções, observa-se um fato interessante: embora haja uma tendência de queda do índice de trabalho infantil nos dois gêneros, a queda entre as meninas mostra-se mais lenta do que entre os meninos da mesma faixa de idade.

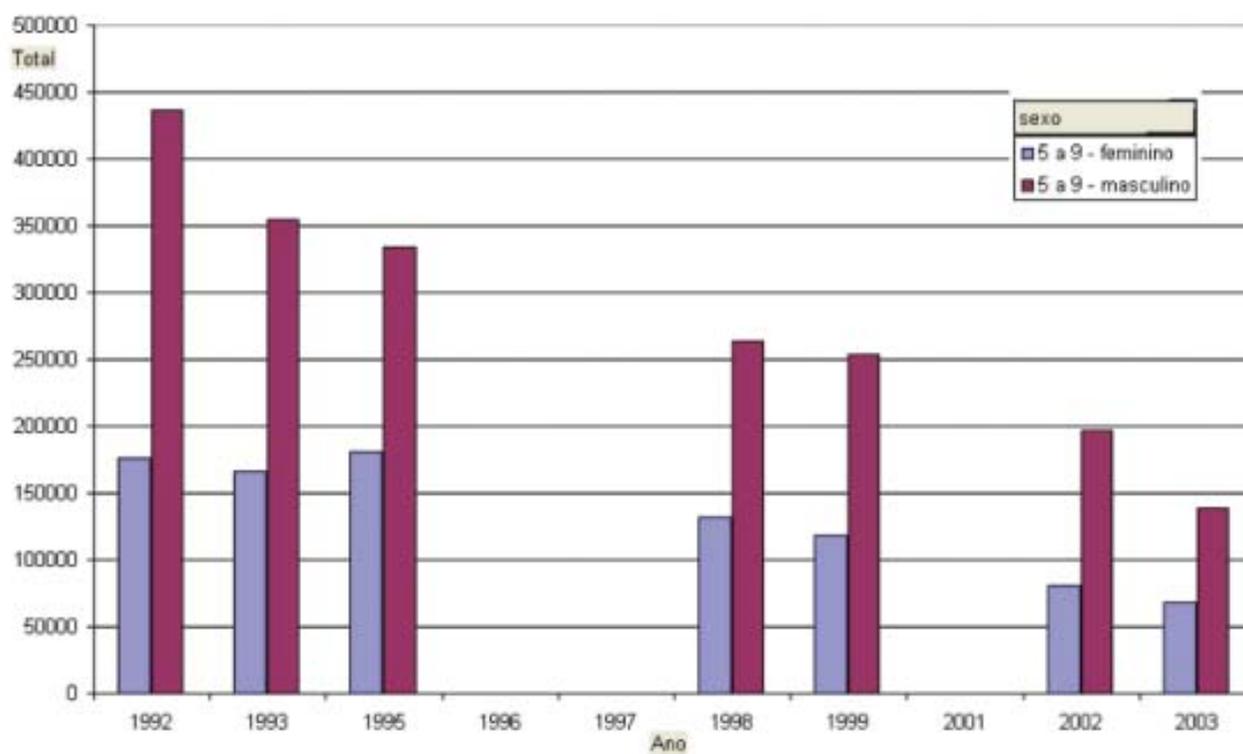
Segundo o modelo exponencial, a tendência é que o trabalho infantil feminino esteja na ordem de pouco menos de um milhão de meninas em doze anos (2015). Em termos de proporção, segundo o modelo exponencial, a proporção de meninas em 2015 será próxima de 7% enquanto é cerca de 11% de 1992.

Segundo o modelo, em 2015, 1,7 milhões de meninos ainda estarão trabalhando, representando cerca de 12% de trabalhadores infantis na faixa de 10-17 anos.

Tanto estes números de tendência por sexo, quanto os números de tendência absolutos, mostram que se seguirmos estas tendências, teremos, em 2015, uma redução significativa do trabalho infantil e não uma eliminação.



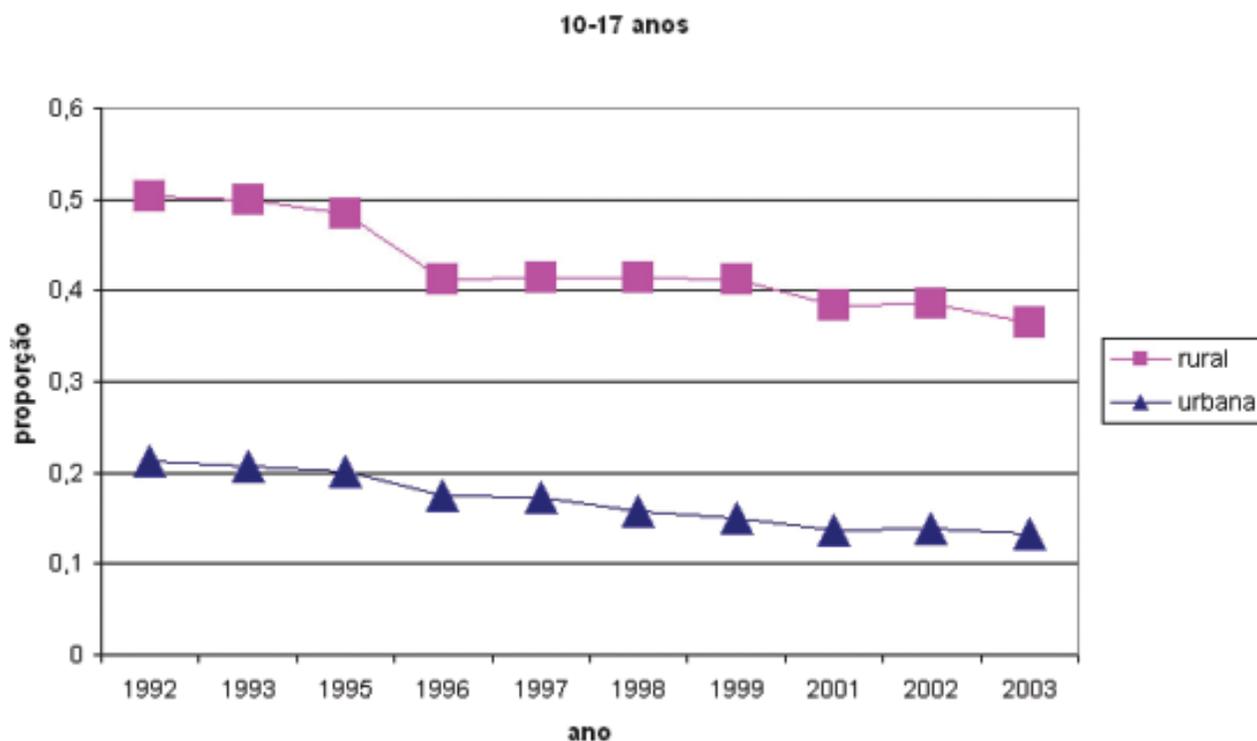
Quantidade de trabalhadores entre 10-17 anos, por sexo, ao longo dos anos.



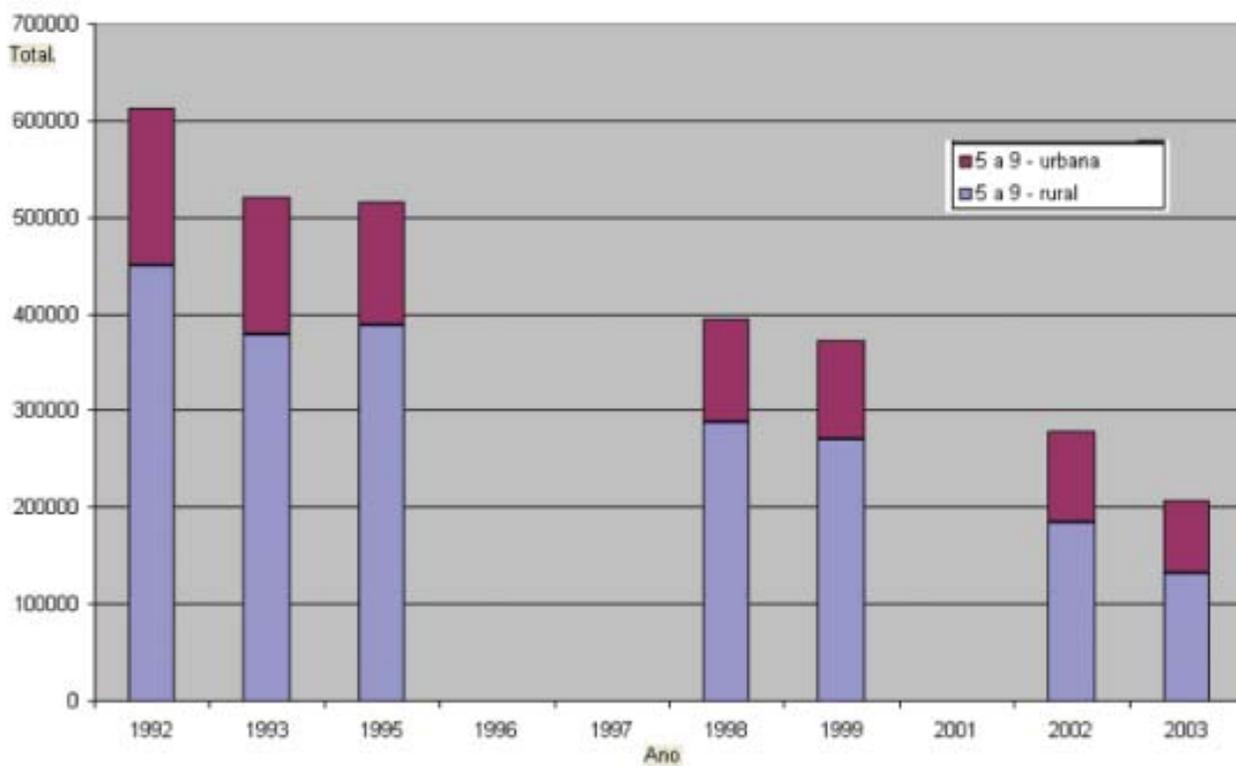
Quantidade de trabalhadores entre 5-9 anos, por sexo, ao longo dos anos.

Estratificação por situação censitária (urbana versus rural)

A estratificação por situação censitária mostra resultados também de queda, quando se comparam tanto as crianças da zona rural quanto as da zona urbana. A tendência histórica de maior proporção de trabalhadores infantis existentes nas zonas rurais se mantém.



Proporção (trabalhadores por situação censitária/total da situação censitária) de trabalhadores entre 10-17 anos, por situação censitária.



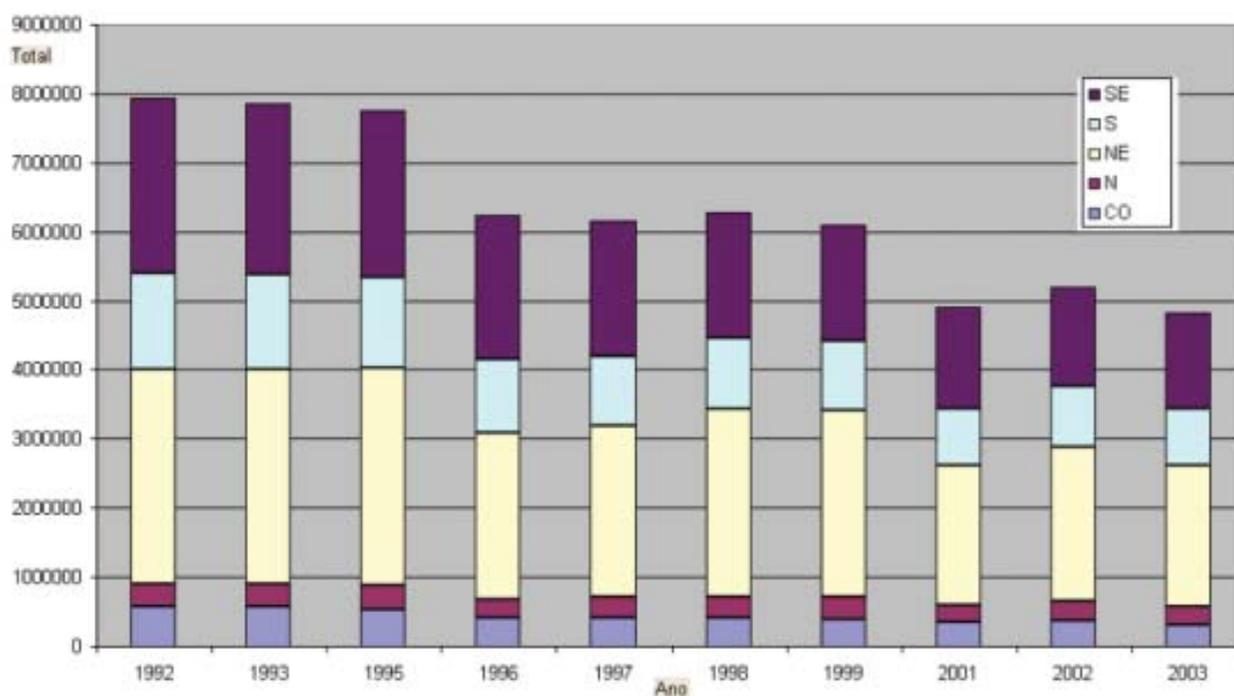
Quantidade de trabalhadores de 5-9 anos por situação censitária

Estratificação por região do país

Em números absolutos, as regiões nordeste e sudeste são as que mais apresentam trabalhadores infantis.

A aplicação do modelo exponencial nas regiões tanto para números absolutos quanto para as proporções de crianças de 10 a 17 anos, mostram que a região que apresenta maiores tendências de queda é a sudeste, seguida da região centro-oeste e sul. A região norte é a que menos se ajusta ao modelo exponencial, apresentando um erro grande e, mesmo assim, o decréscimo obtido pelo modelo é muito baixo.

Ao final de 2015, prevê-se que as regiões centro-oeste, norte e sudeste terão as menores taxas de trabalho infantil, enquanto que o nordeste apresentará a maior, seguida do sul. Desta forma, recomenda-se ainda um foco muito grande à região nordeste para os futuros esforços em direção à erradicação do trabalho infantil.



Quantidade de trabalhadores na semana de referência, de 5-17 anos por região.

Estratificação por estado

Há estados em que a tendência de queda de proporção de trabalho infantil tem apresentado oscilações instáveis e não uma queda contínua e monotônica, mostrando épocas onde a tendência de queda é até mesmo revertida (ex.: Acre, Alagoas, Roraima, Rondônia, entre outros). O Amazonas mostra uma estagnação no índice de trabalho infantil e o Amapá, um crescimento. Assim, quando se chega à análise no detalhe por estado, a tendência monotônica de queda observada por regiões ou mesmo no país todo, não se repete. Isto exige uma reflexão focada e localizada nas particularidades de cada estado, para que as ações voltadas à eliminação do trabalho infantil possam progredir.





Estudos específicos de 2003

O objetivo foi explorar de maneira mais detalhada, a última PNAD disponível, a de 2003, para que se observe:

- Os fatores que afetam a variável de resposta (número de crianças que trabalham ou proporção das crianças que trabalham);
- As conseqüências do trabalho infantil do passado na vida das pessoas entrevistadas no ano de 2003.

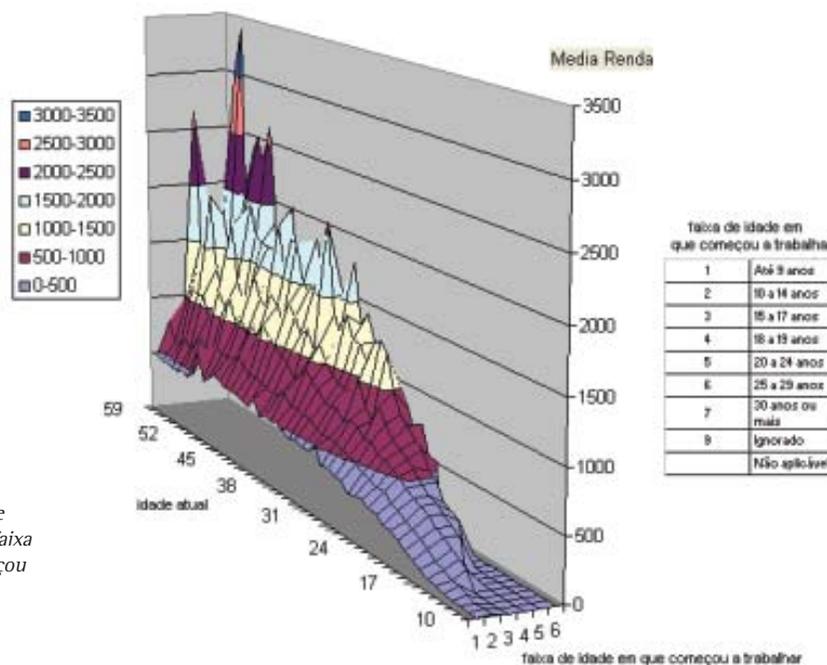
Esta exploração dos dados pode fornecer informações que apóiem a avaliação das maneiras de se eliminar o trabalho infantil e também das conseqüências do trabalho infantil do passado.

Relação entre renda e época que começou a trabalhar

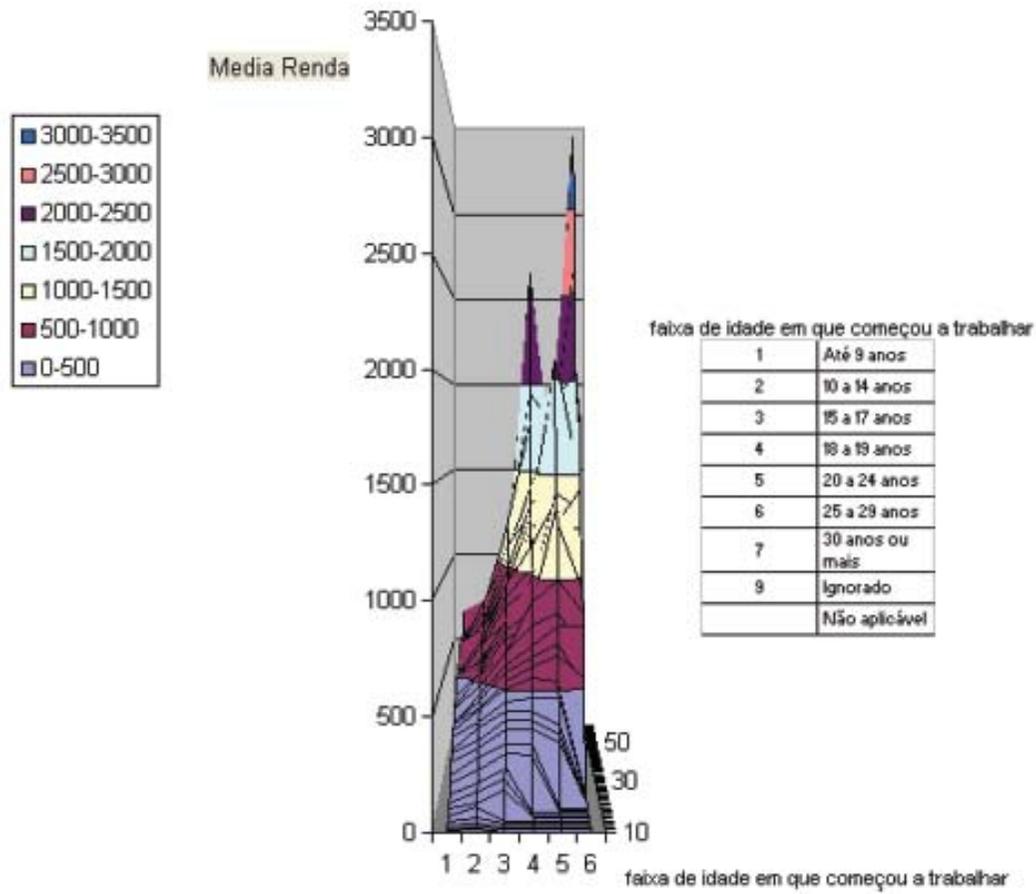
Buscando uma maneira de verificar o impacto do trabalho infantil do passado, comparamos o salário de uma pessoa com a faixa de idade em que ela começou a trabalhar.

Percebe-se que os grupos que começaram a trabalhar ainda quando crianças (até 17 anos de idade), não apresentam médias de renda superiores a R\$ 1.500,00 mesmo até a faixa de idade de 59 anos. A tendência é que a senioridade acompanhe médias salariais mais altas, sobretudo para as faixas de idade que começaram a trabalhar a partir dos 18 anos de idade. Entretanto, para os que começaram a trabalhar ainda crianças, a perspectiva de médias salariais é cada vez menor, conforme a precocidade da idade de trabalho. Ou seja, quanto menor a idade em que se começa a trabalhar, menor é o rendimento médio desse grupo de pessoas durante toda sua vida.

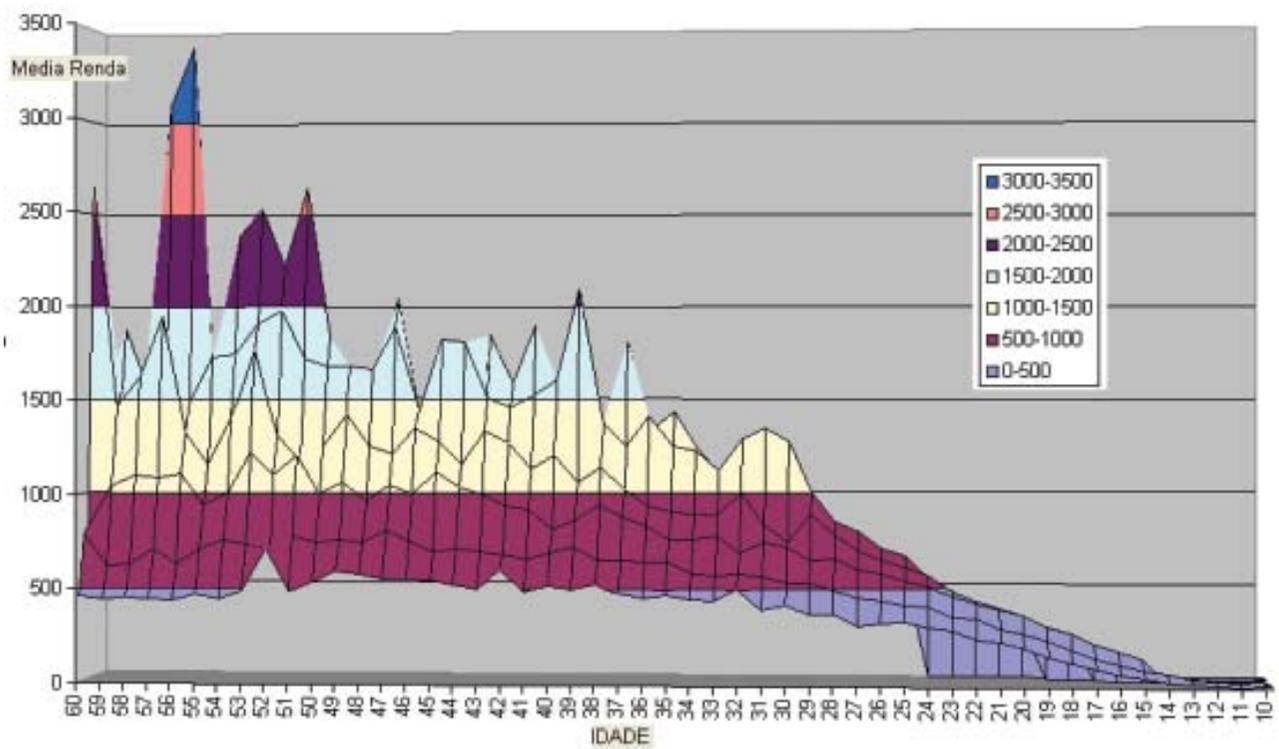
As médias salariais maiores concentram-se nas mãos daqueles que iniciaram seu trabalho numa faixa de idade mais alta. Este fato deve estar atrelado ao nível diferenciado de escolaridade e de preparo para o trabalho que este grupo de pessoas possui.



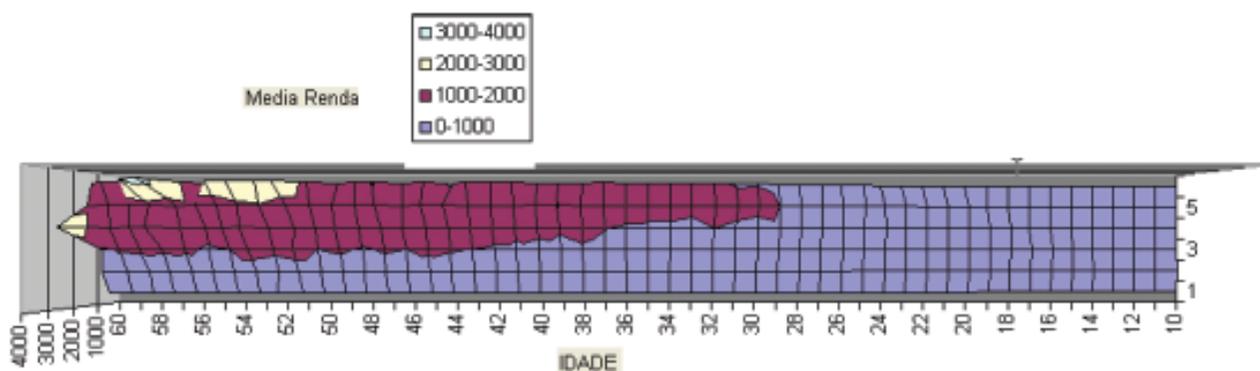
Média de renda dos trabalhadores, por idade atual (em 2003) e por faixa de idade em que começou a trabalhar.



Vista lateral da figura acima (foco na faixa de idade em que começou a trabalhar).



Vista lateral da figura (foco na idade atual, em 2003).



Vista superior, com curvas de nível

Relação entre migração e trabalho infantil

Avaliou-se a diferença entre a proporção de trabalho infantil e a migração, ou seja, entre aqueles que moram em seu local de nascimento e aqueles que se mudaram. Existe uma pequena diferença entre estes dois grupos, sendo que os jovens entre 10 e 17 anos que moram no município de nascimento trabalham em menor proporção que aqueles que se mudaram.

Relações entre trabalho infantil e renda domiciliar

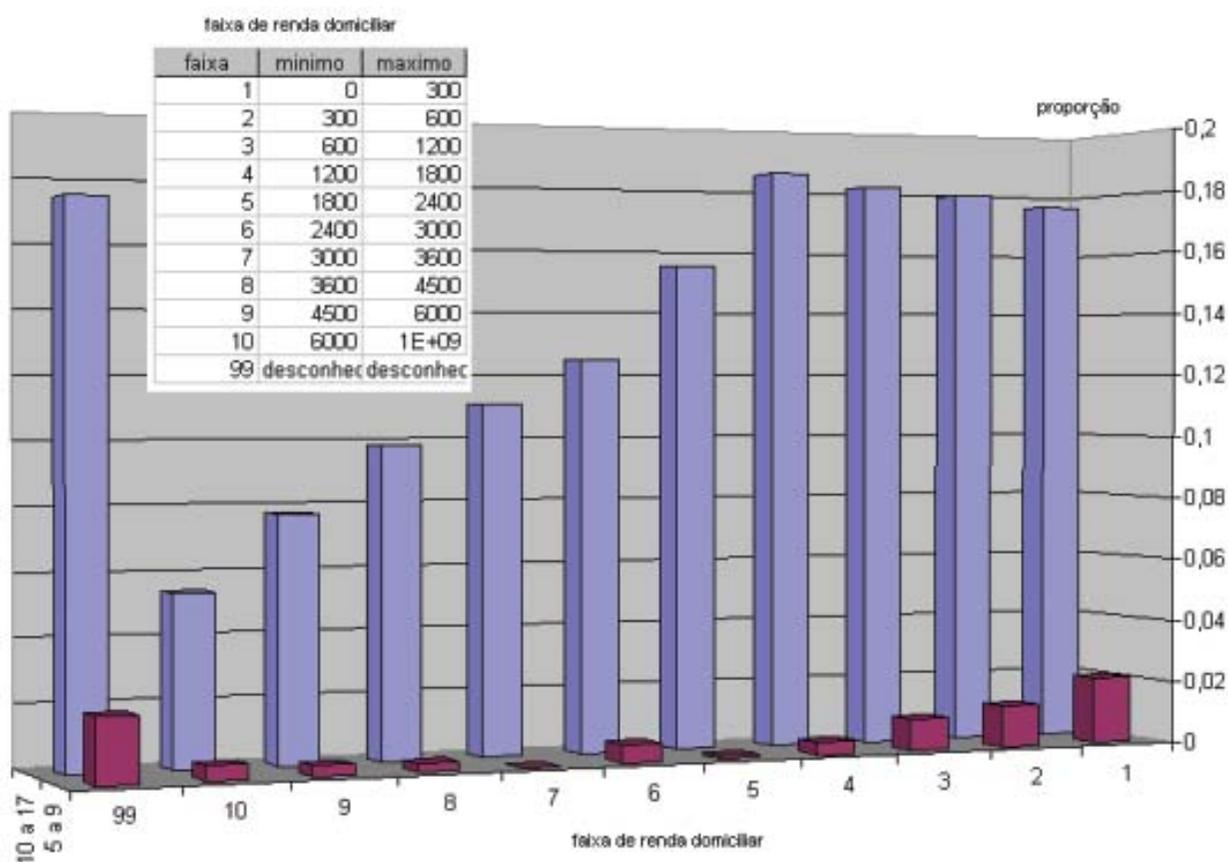
Até uma faixa de renda domiciliar de R\$ 1.800,00 o aumento da renda domiciliar não diminui a proporção de crianças entre 10 e 17 anos trabalhando. Um total de 81% dos domicílios possui uma renda até essa faixa. Com relação às crianças entre 5 e 9 anos, a proporção de crianças que trabalham diminui com o aumento da renda, para qualquer faixa de renda domiciliar.

Os dados de renda domiciliar apresentadas mostram assim uma estreita relação entre renda domiciliar média e a proporção de crianças que trabalham. Em suma, para as crianças de 5 a 9 anos, o aumento de um salário na família, reduz significativamente a proporção de crianças de 5 a 9 anos que trabalham, mas na população de crianças de 10 a 17 anos, o aumento da renda familiar é inócuo à redução da proporção dos que trabalham nesta faixa de idade, até R\$ 1.800,00. Desta forma, provavelmente os programas de transferência de renda condicionada para a redução de trabalho infantil surtam maiores efeitos para a eliminação do trabalho infantil na faixa de 5 a 9 anos, sem atingir plenamente seus objetivos na faixa entre 10 a 17 anos.

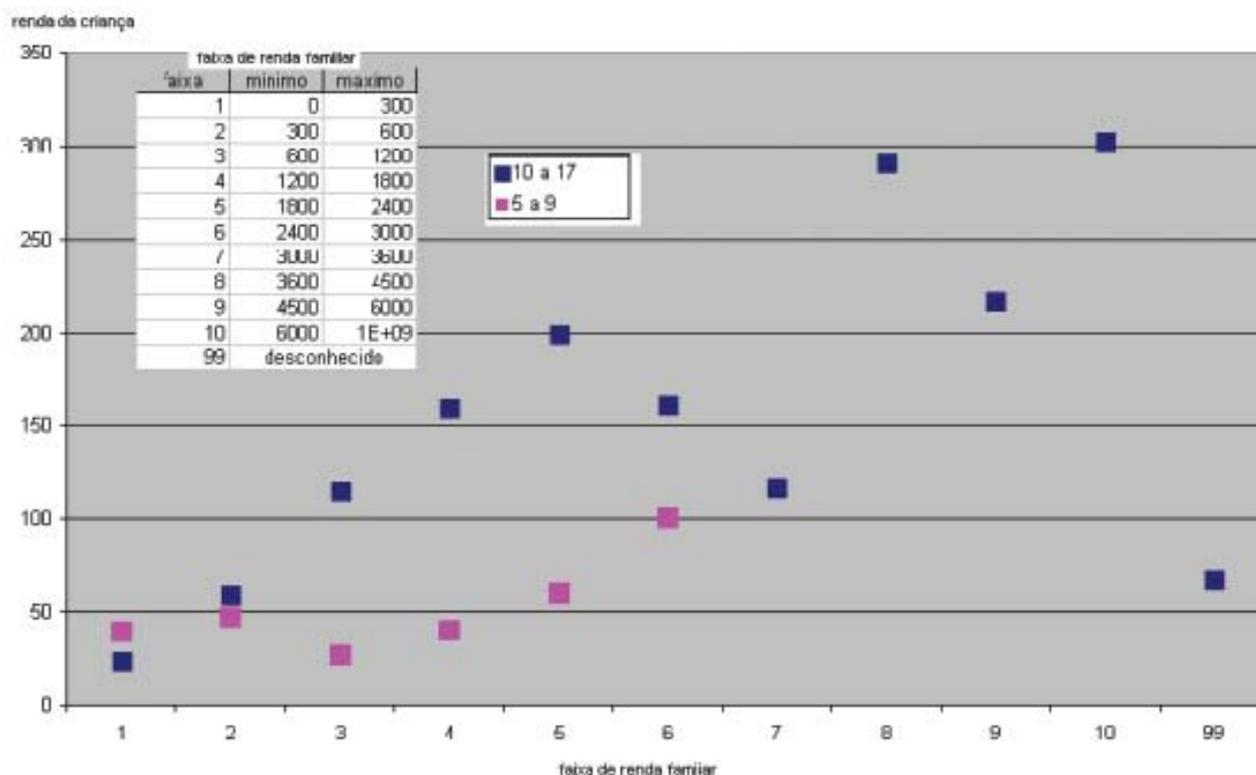
A renda média das crianças que trabalham aumenta conforme a renda domiciliar. Nota-se que existe uma linearidade entre a renda da criança e a renda do domicílio até a faixa de R\$ 2.400,00 de renda domiciliar para as crianças entre 10 a 17 anos, indicando que, quanto maior a renda da família, maior a média da renda proveniente do trabalho da criança. Este fato pode ser um indicativo que as diferentes faixas de renda da família levam suas crianças a distintas fontes de renda para o trabalho da criança e, provavelmente, diferentes atividades são dedicadas a estas crianças, gerando diferenciados rendimentos.

A proporcionalidade entre a renda domiciliar e da criança que trabalha pode indicar que existe uma certa proporção da renda a partir da qual a criança se submete a trabalhar. Para domicílio na menor faixa de renda, a renda média das crianças de 10 a 17 anos é R\$ 22,80, enquanto para a maior faixa de renda domiciliar, a renda média dessas crianças é de R\$ 302,10. Ou seja, além de representar uma proporção menor de crianças que trabalham em faixas de renda domiciliares maiores, estas só trabalham quando recebem uma remuneração satisfatória, significativamente maior que as crianças de rendas domiciliares menores.

Crianças menores (de 5 a 9 anos), tendem a receber menos que as crianças de 10 a 17 anos, com exceção das crianças de 5 a 9 anos de domicílios com renda até faixa até R\$ 600,00, que conseguem rendas similares às crianças maiores desses domicílios. Esta deve ser a principal causa pela qual as famílias mais pobres engajam mesmo as crianças menores no trabalho infantil.



Proporção de número de crianças que trabalharam na semana de referência (número de crianças que trabalham sobre número de crianças total da classe específica) de acordo com a faixa de renda média da família



Renda média das crianças que trabalharam na semana de referência, proveniente de seu trabalho, de acordo com a faixa de renda média domiciliar

Relação entre trabalho infantil e recebimento de benefícios de algum programa social voltado para educação

Os dados da PNAD 2003 também demonstram que, em geral, os “programas sociais voltados para a educação” conseguem diminuir a proporção de crianças entre 10 e 17 anos que trabalham, mas não de forma significativa. Para crianças menores, ser beneficiária não diminui a proporção. Este resultado pode estar relacionado à importância da renda da criança para a família e que o ensino básico no país se inicia a partir dos 7 anos. É de se anotar que o Bolsa Escola contempla crianças em idade escolar.

Relação entre trabalho infantil e escola

É bastante significativa a correlação entre o trabalho infantil e a frequência escolar. A proporção de crianças que não estudam e que trabalham é mais do que o dobro quando se compara com aquelas que estudam. É difícil se concluir qual seria a causa e qual seria a consequência: se as crianças deixam de estudar para trabalhar ou se trabalham porque não mais estudam. De fato, uma verdade é que as crianças que frequentam escola também trabalham menos. Entretanto, a discussão presente, é se esses dois fatores possuem uma relação causa-efeito, ou se na verdade, os dois são efeitos de outros fatores, tal como a renda familiar. Iniciativas que considerem que estes fatores possuam meramente relações causais podem ter sido, de alguma forma, menos eficazes que o esperado.

Entretanto, pode-se dizer que políticas sociais que visem manter mais as crianças na escola, enfocando os fatores que levam as crianças a freqüentarem mais a escola conseguiriam, por uma estreita correlação, também diminuir o índice de trabalho infantil.

Relação entre trabalho infantil e maternidade

É bastante significativa a correlação entre o trabalho infantil de meninas e a maternidade precoce. A proporção de meninas com filhos que trabalham é muito superior àquelas que não têm filhos. Pode-se concluir que políticas sociais que diminuam o índice de maternidade na adolescência podem, por consequência, também diminuir o índice de trabalho infantil.

Relação entre trabalho infantil e mãe

É bastante significativa a correlação entre o trabalho infantil e a existência de mãe viva e que more no domicílio. Pode-se concluir que políticas públicas associadas à estruturação das famílias que consigam manter as mães junto com seus filhos podem vir a apresentar impacto positivo com relação ao trabalho infantil. Também se pode estudar alguma forma de acompanhamento mais próximo das crianças que venham a perder a mãe, pois a tendência é que essas venham a trabalhar com maior freqüência.



Análise de Impacto

Nesta sessão, são realizadas algumas análises “cruzadas”. Entende-se como análise cruzada a utilização de algumas variáveis, para a previsão de outras variáveis. Também são realizados alguns exercícios relacionados ao impacto da eliminação do trabalho infantil em alguns indicadores macro e micro-econômicos.

Renda da pessoa relacionado à idade e faixa de início de trabalho

Com base em um modelo polinomial multivariado que se ajustou de maneira surpreendente, entende-se que quanto mais idade a pessoa tem e quanto mais tarde ela começou a trabalhar, maior a renda. Uma pessoa terá entre 35% e 85% a mais de renda se não trabalhou enquanto criança, iniciando o trabalho respectivamente após 9 anos e após os 18. Isto, entretanto, indica correlações e não necessariamente relações de causa-e-efeito. De fato, esta relação estreita, não assegura que o fato de se iniciar o trabalho numa fase precoce da vida, é causa ou conseqüência da boa ou má remuneração.

Impacto na renda nacional

Com base na correlação encontrada na seção anterior, fez-se um exercício de impacto do fim do trabalho infantil no país a partir dos dados de 2003. O cenário imaginado baseia-se nos seguintes pressupostos:

- o perfil de idade da população brasileira se manterá o mesmo ao longo dos anos;
- a partir de 2003, nenhuma criança trabalharia;
- a renda média das pessoas seria igual à calculada para 2003, considerando-se a idade e a faixa de idade que começou a trabalhar;
- desconsidera-se o trabalho prévio de crianças, passando-se a considerar que ela irá ganhar como se tivesse começado a trabalhar a partir dos 18 anos;
- a renda de um indivíduo depende somente de sua idade e de quando começou a trabalhar, sem relação com o crescimento econômico.

Pode-se realizar um simples cálculo sobre o impacto na renda do país. Em um primeiro momento, deixariam de existir os rendimentos de crianças até 17 anos. O impacto dessa mudança seria de 1% da renda total do país. Assumindo-se a hipótese de que nos anos seguintes, as faixas de adultos economicamente ativos (a partir de 18 anos), das faixas que começaram a trabalhar até aos 17 anos de idade comesçassem a receber como aquelas que somente iniciam seu trabalho a partir dos 18 anos, demoraríamos 5 anos para recuperarmos a renda atual. Entretanto, futuramente, se igualarmos o

rendimento das camadas que começaram a trabalhar antes dos 17 anos ao rendimento daqueles que começaram a trabalhar após os 18, o total da renda nacional aumentaria em cerca de 37%.

Um outro possível impacto positivo da extinção do trabalho infantil, seria que ele deixaria de concorrer com o mercado de emprego dos adultos. Quantificar os ganhos decorrentes dessa transformação não é uma tarefa simples, uma vez que o grande problema seria ainda a distribuição dessas atividades nas diferentes famílias: não necessariamente o emprego da criança passaria à mesma família, que possui necessidade econômica.



Conclusões

Este trabalho faz uma análise das tendências de diminuição do trabalho infantil no Brasil. Com base nessa análise pode-se dizer que o trabalho infantil diminuirá significativamente nos próximos anos, caso se mantenha a sua tendência atual de diminuição, mas não se extinguirá até 2015.

O estudo também mostrou que existem diferenças significativas para a exploração do trabalho infantil dependendo da região do país. Algumas regiões merecem uma maior atenção governamental porque, além de estarem em situação pior do que as outras, apresentam menor tendência de decréscimo do trabalho infantil. Também existem diferenças importantes entre sexo (meninos trabalham proporcionalmente mais que meninas) e entre as áreas urbana e rural (o índice de crianças que trabalham na zona rural é mais que o dobro do que na urbana).

Outras análises feitas neste trabalho mostram que existe um conjunto de fatores sociais com forte correlação com o índice de trabalho infantil. Ações sociais que consigam diminuir a evasão escolar, que apoiem a manutenção da estrutura familiar ou que minimizem a gravidez na adolescência, por exemplo, muito provavelmente levarão a menores índices de trabalho infantil. Pode-se analisar, inclusive, qualquer esforço de programas de geração de renda complementar deve estar integrado com ações estruturantes no setor da educação.

Foi demonstrado também que o trabalho infantil está intimamente ligado à renda domiciliar e que, para as crianças de 10 a 17 anos, a diferença na renda domiciliar não altera a proporção de crianças que trabalham até o valor de R\$ 1.800,00. No entanto, para crianças de 5 a 9 anos, qualquer aumento na renda domiciliar influencia fortemente na diminuição do trabalho infantil. Esses dois fatos indicam que o problema do trabalho infantil pode estar ligado a ações de crescimento econômico com distribuição da renda.

Uma das análises apresentada mostra que quanto mais cedo uma pessoa começa a trabalhar, menor será, em média, sua renda por toda sua vida. Essa análise está de acordo com o apresentado no trabalho “Piores formas de Trabalho Infantil” (ANDI, 2005): “existe uma falsa concepção de que dar trabalho a uma criança ou adolescente é uma forma de ajudar essa criança. Trabalho deve ser executado sim, mas no momento adequado, na idade e em condições adequadas”. Também corrobora a afirmação do estudo “Trabalho infantil e a luta contra a miséria” (Ferreira, 2005), segundo o qual, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) de 2003, mostra que das 79,1 milhões de pessoas ocupadas – 50,3% não completaram o ensino fundamental, 59% começaram a trabalhar antes dos 14 anos e 50,3% tinham renda inferior a dois salários mínimos. Segundo esse texto, mais do que uma coincidência de números, isto se trata de uma constatação de que o trabalho infantil condena o indivíduo a permanecer num círculo vicioso – trabalho infantil, baixa escolaridade, baixo rendimento. Ainda segundo o texto, deve-se evitar e eliminar a exposição da criança a uma jornada de trabalho durante todo dia, à exposição a ambientes e situações perniciosas a sua saúde e moral. O texto indicado afirma que uma criança forçada a trabalhar, sem chance de se formar e informar, será, certamente, um adulto desempregado ou subempregado no futuro – e, possivelmente, seus filhos repetirão suas histórias.

Por todas essas informações, verifica-se que, embora o trabalho infantil no Brasil esteja diminuindo, seu número ainda é muito alto e deve-se identificar formas de diminuí-lo mais rapidamente. Embora a diminuição no índice do trabalho infantil prevista até 2015 seja expressiva, o país não conseguirá cumprir com os compromissos assumidos para as metas do milênio, sem um crescimento significativo das ações voltadas para a eliminação desse tipo de exploração. Apesar de seguir-se uma direção correta, ainda há muito a ser realizado em termos de ações governamentais e sociais para a completa extinção do problema. O país precisa garantir seu futuro e para isso é de suma importância garantir-se o futuro de cada criança.